

## **União Européia e a Nova Abordagem**

*(texto extraído e adaptado da publicação “Barreiras Técnicas – Conceitos e informações como superá-las” / Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Confederação Nacional da Indústria – CNI e Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB – 2002)*

A maneira tradicional de recorrer às normas técnicas na regulamentação técnica é mediante a sua citação explícita no documento. Em decorrência do processo de harmonização da legislação na Europa para a construção do Mercado Único, os legisladores europeus perceberam que a harmonização detalhada e minuciosa dos diversos regulamentos técnicos nacionais seria virtualmente impossível. Contudo, consideraram que, do ponto de vista do Estado, não era essencial estabelecer minuciosamente os detalhes técnicos para cada produto ou serviço a ser posto no mercado.

O que era importante era assegurar que estes produtos ou serviços atendessem a requisitos essenciais, nomeadamente os relativos aos aspectos da segurança, saúde, meio ambiente ou a concorrência desleal. Assim, entenderam que a regulamentação técnica deveria se restringir a esses “requisitos essenciais”, cabendo à normalização estabelecer os aspectos técnicos. A isto foi chamado “Nova Abordagem”.

Porém, um aspecto crucial desta abordagem é o entendimento que o uso das normas é voluntário, não cabendo, portanto, ao regulamento técnico citá-las, mas que o fornecedor tem o ônus da demonstração de que o uso de uma norma específica atende aos “requisitos essenciais” do regulamento.

Neste sentido, a Comissão Européia passou a encomendar aos organismos regionais de normalização europeus, através dos chamados mandatos de normalização, ou seja, de contratos pagos, a elaboração de normas comunitárias que estivessem de acordo com aquelas diretivas.

Isto foi importante para o desenvolvimento das normas européias (normas emitidas pelos), pois estas passaram a ter que ser adotadas como normas

nacionais pelos diversos organismos nacionais de normalização dos países europeus. Tal fato ocorreu paralelamente ao conceito de que o atendimento das normas européias presumia automaticamente o cumprimento da regulamentação.

Com isso, os organismos europeus de normalização passaram a produzir muito mais, a ponto da ISO e a IEC ficarem preocupadas, levando a que fossem estabelecidos acordos entre a ISO e o CEN – Comitê Europeu de Normalização (Acordo de Viena) e entre a IEC e o CENELEC – Comitê Europeu de Normalização para a área elétrica (Acordo de Dresden).

Face a esses acordos, os organismos nacionais de normalização transferiram boa parte do seu esforço para a elaboração de normas européias e internacionais. As normas dos organismos europeus são adotadas, automaticamente, por todos os organismos nacionais que deles fazem parte.

Esta nova abordagem teve uma importância fundamental na evolução conceitual da regulamentação técnica e na utilização das normas técnicas pela regulamentação técnica, aumentando a importância relativa da normalização no acesso a mercados. Percebe-se hoje uma tendência de progressivamente os Estados adotarem, em maior ou menor grau, uma abordagem semelhante.

Acrescente-se, ainda, que a experiência européia influenciou fortemente a tratativa internacional referente ao tema Barreiras Técnicas. Pode-se, inclusive, traçar um paralelo entre a principal idéia-força da Nova Abordagem européia – que diz que os regulamentos técnicos/diretivas devem ater-se aos requisitos essenciais – e o que o Acordo de Barreiras Técnicas da OMC dispõe sobre os regulamentos técnicos, isto é, que deverão ser tão pouco restritivos ao comércio quanto possível.

Funcionando efetivamente como um bloco, a UE passou a negociar por todos os países, inclusive na OMC. Devido à estruturação que teve de fazer, a UE passou a ser um intransigente defensor dos sistemas internacionais

estruturados, alinhando-se, com o Brasil e vários outros países em desenvolvimento, na posição de repúdio à tentativa de se querer considerar, como internacionais, normas feitas por organismos de certos países, como os EUA.

Por fim, considerando-se a tendência dos regulamentos técnicos se basearem em normas técnicas e a tendência das normas internacionais serem adotadas como normas nacionais, percebe-se a importância fundamental das normas internacionais como instrumento de eliminação das barreiras técnicas.